

UNIDADE GESTORA EXECUTORA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Estudo Técnico Preliminar 183/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 60301.000861/2025-91

2. Descrição da necessidade**AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE, KIT DE LIMPEZA E ITENS CORRELATOS****Contextualização Institucional**

2.1. A presente contratação está contextualizada da seguinte forma:

2.1.1. Ao longo do ano de 2018, com o recrudescimento da crise política, institucional e socioeconômica na República Bolivariana da Venezuela, houve grande aumento do fluxo de imigrantes e/ou refugiados oriundos daquele país para o Brasil. A maior parte deles entrava no território nacional pelo Estado de Roraima, o que pressionou a estrutura de serviços públicos disponível naquela unidade da federação, tendo em vista o aumento repentino da população.

2.1.2. Para minorar os problemas causados pelo afluxo migratório, foi editada a Medida Provisória 820/2018, posteriormente convertida na Lei 13.684/2018, que dispunha sobre as

medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, com objetivo de articular ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais. As medidas visam à ampliação de políticas de proteção social; atenção à saúde; oferta de atividades educacionais; formação e qualificação profissional; garantia dos direitos humanos; proteção dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população indígena, das comunidades tradicionais atingidas e de outros grupos sociais vulneráveis; oferta de infraestrutura e saneamento; segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras; logística e distribuição de insumos; e mobilidade, contemplados a distribuição e a interiorização no território nacional, o repatriamento e o reassentamento das pessoas em situação de vulnerabilidade.

2.1.3. Em um passo seguinte, o Decreto Presidencial 9.285/2018 reconheceu a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório para o Estado de Roraima, provocado pela crise humanitária na Venezuela.

2.1.4. Em seguida, a Lei 13.684/2018 instituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) para coordenar os trabalhos supracitados, e o Decreto 10.917/2021 previu a sua composição pelos Ministros de Estado, sendo presidido pela Casa Civil, bem como previu a designação de um Coordenador Operacional, tratando-se de uma ação transversal do governo federal, com um conjunto de ações de acolhimento humanitário, de natureza civil, executadas mediante cooperação federativa e interinstitucional.

2.1.5. Portanto, as ações definidas pelo CFAE deverão ser executadas pelo Coordenador Operacional, ao qual compete a articulação com os órgãos envolvidos, inclusive no âmbito estadual e municipal. Ao longo da execução da Operação Acolhida, a função de Coordenador Operacional vem sendo exercida por Oficiais-Generais do Exército, tendo a Resolução CFAE 13/2021, sendo exercida para tanto o General de Divisão Santos.

2.1.6. Há de se destacar ainda que a área diretamente afetada pelo fluxo migratório consiste no Estado de Roraima, em especial os Municípios de Pacaraima, onde se localiza a fronteira com a Venezuela, e Boa Vista, capital do estado. Também há o desenvolvimento de ações no Município de Manaus, no Estado do Amazonas, que acaba atraindo grande número de imigrantes por ser uma cidade de maior porte, servindo ainda de ponto de passagem para outras localidades no território nacional.

2.1.7. No âmbito do Ministério da Defesa, a Diretriz Ministerial 3/2018 autorizou a execução da Operação Acolhida com emprego dos meios necessários para o apoio logístico aos órgãos públicos com vistas a cooperar no desenvolvimento de atividades humanitárias tendo em vista a Lei 13.684/2018 e Decreto Presidencial 9.285/2018. A Diretriz envolve, desta forma, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, e os comandos da Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira. Atualmente, a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) é constituída por integrantes dos três comandos militares e atua nas áreas afetadas aqui citadas cumprindo as diretrizes do Ministério da Defesa nesse assunto.

2.1.8. Ainda no âmbito do Ministério da Defesa, a Portaria GM-MD 1.223/2021, prorrogada pela Portaria EMCFA-MD 3.448/22, e disciplinada pela IN EMCFA-MD 05/2021, instituiu, em caráter temporário, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas a Secretaria Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial (SECAAE), com objetivo de atender às atribuições conferidas ao Ministério da Defesa relativas ao acolhimento às pessoas em situações de vulnerabilidade.

2.1.9. Destacam-se como atribuições das SECAAE as atividades de supervisionar, dirigir, coordenar e executar as ações atribuídas ao Ministério da Defesa na Operação Acolhida; e planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas à administração orçamentária, financeira e patrimonial das ações atribuídas ao Ministério da Defesa na Operação Acolhida, em articulação com a Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

2.1.10. Operação Acolhida configura-se como ação interinstitucional que envolve diversos ministérios, as Forças Armadas, governos estaduais e municipais, organismos internacionais (como ACNUR e OIM) e a sociedade civil.

2.1.11. A missão da Operação Acolhida organiza-se em três eixos fundamentais:

2.1.11.1. **Ordenar:** corresponde ao primeiro ato de acolhimento, no qual a pessoa recém-chegada é atendida, documentada e tem assegurado o acesso a direitos básicos. Trata-se da etapa inicial do percurso para o pleno exercício da cidadania;

2.1.11.2. **Acolher:** consiste na oferta de abrigo temporário e de condições dignas de permanência, com oportunidades e atendimento necessário para o início da vida no país; e

2.1.11.3. **Interiorizar e Integrar:** dá sequência à jornada. A interiorização constitui a ponte para um futuro com mais oportunidades, viabilizando o deslocamento para outras localidades do território nacional e favorecendo a construção de um novo projeto de vida.

2.1.12. A OIM é um parceiro crucial da FT Log Hum Operação Acolhida, fornecendo expertise e apoio técnico em diversas frentes, desde a recepção e assistência médica/psicossocial na fronteira até a interiorização voluntária dos migrantes. Por sua vez, a ACNUR presta apoio logístico coordenação dos abrigos da FT Log Hum Operação Acolhida, além de promover sessões informativas nos abrigos, identificação de perfis interessados no processo de interiorização, realocações de pessoas entre abrigos e distribuição de Itens Não-Alimentícios, conhecido como Kit NFIs, que compreende majoritariamente, produtos de higiene e limpeza.

2.2. Tendo em vista este contexto, cabe ressaltar os seguintes pontos:

2.2.1. Conforme previamente informado pela ACNUR Brasil, a disponibilidade de itens de assistência material para os abrigos da Operação Acolhida começou a ser impactada desde de junho de 2025. Como medida de contingência, o ACNUR revisou os critérios de distribuição para otimizar o uso dos estoques, incluindo a mobilização do estoque anual de contingência, planejado com um adicional de 25% sobre o total disponível. Essa estratégia visa viabilizar a continuidade da distribuição de alguns itens após junho.

2.2.2. A redução do fluxo de recursos humanitários internacionais, amplamente noticiada, que pressiona a atuação do Poder Executivo Federal na assunção de ainda maiores obrigações relacionada às atividades de acolhimento humanitário também figuram como fator importante para a demanda apresentada neste Estudo Técnicos Preliminar. A solução a ser adotada deverá atender, com a celeridade que tal situação exige, a necessidade de manutenção do atendimento humanitário cujo fluxo tem sido ininterrupto no território nacional, em especial no Estado de Roraima.

2.2.3. Diante desse cenário, com a finalidade de mitigar os impactos no fornecimento dos materiais nos abrigos com a redução dos recursos financeiros internacionais, fornecidos ao ACNUR, foi realizado o levantamento de itens essenciais de assistência material, com as quantidades e itens necessários para atender as populações abrigadas diretamente com recursos financeiros da FT Log Hum Operação Acolhida.

2.2.4. A partir desse levantamento, a aquisição dos kits de materiais essenciais com recursos da Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida, configura-se como medida necessária, proporcional e tempestiva, assegurando a manutenção do atendimento ininterrupto às populações acolhidas, em consonância com as diretrizes de governança, gestão de riscos e responsabilidade administrativa previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas boas práticas de gestão pública.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. O presente Estudo trata da aquisição de kits de material de higiene, kits de material de limpeza e produtos correlatos, todos relacionados no Anexo A (relação de itens da contratação) e especificados no anexo C. A composição dos kits é informado no Anexo B.

3.2. Todos os itens são classificados como bens comuns, nos termos do Decreto nº 3.555, de 2000, pois possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e amplamente praticados no mercado. Não se enquadram como bens de luxo, conforme Art. 20 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 10.818/2021.

3.3. A contratação possui natureza continuada, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133, de 2021, por atender necessidade permanente da Operação Acolhida relacionada ao fornecimento regular de materiais de higiene e limpeza destinados às famílias abrigadas. Atualmente, tais materiais são fornecidos de forma descentralizada, demandando elevado emprego do efetivo da Operação Acolhida para montagem, separação e distribuição dos kits.

3.3.1. A presente contratação representa significativa melhoria logística e operacional, uma vez que os kits passarão a ser entregues já montados e personalizados conforme o perfil e a necessidade de cada família abrigada, reduzindo o esforço operacional atualmente empregado e proporcionando maior eficiência no abastecimento dos abrigos.

3.3.2. Assim como ocorre com o fornecimento contínuo de alimentação preparada (marmitas), os materiais de higiene e limpeza constituem demanda essencial, mensal e permanente, indispensável à manutenção das condições mínimas de higiene pessoal, salubridade e habitabilidade dos abrigos humanitários.

3.3.3. Ademais, a dinâmica da Operação Acolhida está diretamente relacionada ao fluxo migratório na fronteira Brasil-Venezuela, o qual apresenta variações constantes, podendo aumentar, reduzir ou estabilizar conforme o cenário humanitário. Em razão dessa característica, os quantitativos das Ordens de Fornecimento poderão sofrer ajustes, para mais ou para menos, sem descaracterizar a natureza continuada da contratação.

3.3.4. As Ordens de Fornecimento definirão, conforme a necessidade administrativa, os quantitativos e a composição específica dos kits, podendo contemplar tanto a formação básica quanto o acréscimo de itens avulsos, tais como escovas dentais, fraldas infantis ou geriátricas, entre outros materiais necessários ao adequado atendimento das famílias acolhidas.

3.4. Acerca da utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização, nos termos do art. 20 da IN SEGES/ME nº 65/2021, esta contratação não poderá utilizá-lo, uma vez que os itens pretendidos não constam no referido catálogo.

3.5. Acerca da necessidade de amostras, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

3.5.1. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

3.5.1.1 Kit Higiene Familiar (conforme detalhamento do Anexo B e especificações técnicas discriminadas no Anexo C); e

3.5.1.2. Kit Limpeza (conforme detalhamento do Anexo B e especificações técnicas discriminadas no Anexo C).

3.5.2. As amostras poderão ser entregues no endereço abaixo, no prazo limite de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no chat da plataforma compras.gov.br, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

Destinatário
Unidade Gestora Executora da Operação Acolhida - Setor de Licitações

Endereço
Rua Floriano Peixoto, 221 - Centro, Boa Vista - RR, 69301-320

3.5.3. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes definido o prazo.

3.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

3.6.1. A exigência de garantia contratual no percentual de 5% fundamenta-se na necessidade de mitigar riscos operacionais e assegurar a execução integral do objeto. Considerando que os kits de higiene e limpeza e demais itens correlatos são insumos essenciais à dignidade humana e à segurança sanitária dos migrantes acolhidos, qualquer interrupção no fornecimento compromete diretamente as metas da Operação Acolhida e a saúde pública nos abrigos.

3.6.2. A retenção deste valor serve como lastro financeiro para a cobertura de eventuais multas e o ressarcimento de prejuízos decorrentes de inadimplemento, garantindo que a Administração não seja onerada caso precise realizar contratações emergenciais por falha da contratada. Além disso, a validade estendida por 90 dias após o término da vigência é indispensável para resguardar o Erário durante a fase de encerramento administrativo, permitindo a conferência final de conformidade e a regularização de eventuais pendências contratuais.

3.7. Acerca da qualidade dos materiais, os materiais de consumo devem atender a normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e regulamentos pertinentes da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia). Isso assegura que os produtos ofereçam qualidade, durabilidade e funcionalidade adequadas para o uso destinado.

3.8. São obrigações da Contratada:

3.8.1. Efetuar a entrega dos kits devidamente montados e lacrados (acondicionados em saco plástico transparente, adequado ao manuseio e transporte, com espessura mínima de 80 micra) e itens correlatos no endereço especificado no item 3.8.3, observando os prazos e condições logísticas estabelecidos no edital e no contrato.

3.8.2. Observar rigorosamente as normas de qualidade, segurança sanitária, sustentabilidade e conforto aplicáveis aos itens que compõem os kits de higiene e limpeza, conforme descrito a seguir:

3.8.2.1. Todos os itens classificado como produtos de higiene pessoal devem estar devidamente registrados ou notificados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme a RDC nº 907/2024 e demais normas correlatas, apresentando rotulagem clara, data de validade, lote e composição química, bem como devem seguir as normas de Boas Práticas de Fabricação preconizadas pela ANVISA através da RDC nº48/2013.

3.8.2.2. Os itens classificados como produtos saneantes devem estar em conformidade com a as certificações da ANVISA RDC 989/2025 e IN 394/2025 e com os requisitos de rotulagem e segurança definidos pelo INMETRO, devendo possuir registro ou notificação válida, bem como atender aos critérios de biodegradabilidade e segurança à saúde humana e ao meio ambiente.

3.8.2.3. Todos os produtos devem atender aos requisitos de conformidade técnica estabelecidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme aplicável ao tipo de item, incluindo, mas não se limitando a:

- ABNT NBR 14725 (para os itens classificados como saneantes);
- ABNT NBR 10004 – Classificação de resíduos sólidos;
- ABNT NBR 9191 (para o item saco plástico);
- ABNT NBR 14797 (produtos absorventes higiênicos descartáveis);
- ABNT NBR 15464 (para o item papel higiênico);

3.8.2.4. Todos os produtos devem apresentar prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega, sendo vedada a entrega de produtos com validade inferior a esse período, salvo justificativa técnica aceita pela Administração.

3.8.2.5. O fornecedor deverá manter a regularidade dos certificados de conformidade técnica (INMETRO, ANVISA, ABNT) dos itens, os quais poderão ser exigidos pela Administração Pública sempre que houver queixa técnica, indícios de não conformidade visual ou reclamações quanto ao desempenho do material entregue.

3.8.3. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela empresa fornecedora, devendo a entrega ser realizada de forma única, respeitando as quantidades solicitadas. O local de entrega dos kits poderão ser:

Ord.	Instalação	Cidade	Endereço
1	Abrigo - RONDON 1	Boa Vista - RR	Av. Gen. Sampaio, s/n - Treze de Setembro, 69308-030
2	Abrigo - RONDON 5	Boa Vista - RR	Av. das Guianas, 616 - Pricumã, 69303-485
3	Abrigo - WARAOTUMA A TUARANOKO	Boa Vista - RR	Av. Gen. Sampaio, s/n - Treze de Setembro, 69308-150
4	Abrigo - JARDIM FLORESTA	Boa Vista - RR	R. Prof. Guerra, 525 - Jardim Floresta, 69310-060
5	Abrigo - JANOKOIDA	Boa Vista - RR	Av. Gen. Sampaio, 1978 - Treze de Setembro, 69308-510
6	Almoxarifado Central da Operação Acolhida	Boa Vista - RR	R. Marques de Pombal, s/n, quadra 1 - Treze de Setembro, 69308-515 (na 1ª Bda Inf SI).
7	Abrigo - BV-8	Pacaraima - RR	BR-174, s/n, Pacaraima, 69345-000

3.8.4. As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, nos horários das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00, conforme indicado nas respectivas Ordens de Fornecimento.

3.8.5. Caso não seja possível realizar a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, as respectivas razões, para que eventual pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior;

3.9. A presente aquisição envolve primordialmente o fornecimento de itens de Higiene e Limpeza, nesse contexto "O Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Controladoria-Geral da União" (2025) traz algumas orientações a respeito da aquisição de Medicamentos, insumos hospitalares, materiais da área da saúde, material de limpeza, higiene e cosméticos, incluindo saneantes e produtos de higiene:

3.9.1. Considerando a seguinte legislação aplicável:

- Lei nº 5.991, de 1973 (Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências);
- Lei nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.);
- RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008, da ANVISA (Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Bens e Produtos Importados para fins de Vigilância Sanitária (Alterada pela RDC 208, de 5 de janeiro de 2018);
- RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 da ANVISA (Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento(AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas) (alterada pela RDC860, de 6 de maio de 2024);
- RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, da ANVISA (Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão de Certificação de Boas Práticas de Fabricação e de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem). (Alterada pela RDC 850/2024);
- Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.330/1976);

3.9.2. O Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Controladoria-Geral da União (2025), determina:

3.9.2.1. Na "descrição técnica" do produto, inserir na cláusulas no Termo de Referência: "Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº8.077, de 2013", para todos os itens classificados como saneantes e produtos de higenes.

3.9.2.2. Inserir no Edital no item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto: (1) "O pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação"; e (2) "O documento comprobatório da notificação/registro do produto ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013" para todos os itens classificados como saneantes e produtos de higiene.

3.9.2.3. Inserir no Edital no item Habilitação Jurídica: (1) "Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, admitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA"; e, (2) "Licença sanitária estadual, municipal ou do Distrito Federal. Os documentos citados pelo Guia da CGU já estão previstos na habilitação técnica dos licitantes".

3.10. Tais requisitos asseguram que o objeto contratado seja entregue em conformidade com os padrões técnicos e legais exigidos, promovendo a economicidade, a eficiência logística e a qualidade dos serviços prestados no âmbito da Operação Acolhida.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Planejamento de Contratações	Jorge André Ferreira da Silva (Coronel EB)

5. Levantamento de Mercado

5.1. Conforme o art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021 e levando em consideração o disposto no Art. 44 da Lei 14.133 /2021, foram pesquisadas no mercado e em outros órgãos e entidades soluções diversas para a demanda, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração e aos requisitos apresentados no presente estudo, tendo sido encontrada as seguintes possibilidades de solução:

5.1.1. SOLUÇÃO A – Aquisição de Kit de Higiene e Kit de Limpeza, ambos previamente montados e itens avulsos correlatos.

Esta opção consiste na aquisição de Kit de Higiene, Kit de Limpeza, ambos devidamente montados, contendo os itens previamente especificados no Termo de Referência, embalados, lacrados e prontos para distribuição direta aos beneficiários e itens correlatos avulsos.

5.1.1.1. As principais vantagens são:

- (1) Prontidão na resposta operacional: Permite a disponibilização imediata dos kits no momento da necessidade, reduzindo o tempo entre o recebimento e a entrega final, uma vez que elimina a etapa interna de separação e montagem;
- (2) Preservação da integridade e higiene dos produtos: O fornecimento em embalagem lacrada reduz a manipulação dos itens, assegurando maior proteção contra contaminação e avarias;
- (3) Eficiência administrativa e logística: Dispensa a mobilização de pessoal para montagem dos kits, reduzindo a necessidade de espaço físico para fracionamento e armazenamento intermediário, além de otimizar a gestão do estoque;
- (4) Padronização e conformidade: Assegura que todos os kits sejam entregues conforme especificações previamente definidas, com uniformidade na composição e nas características técnicas dos itens; e
- (5) Responsabilidade contratual centralizada: Eventuais inconformidades relativas à composição, qualidade ou integridade dos kits recaem diretamente sobre a contratada, facilitando a fiscalização e a gestão contratual.

5.1.1.2. As principais desvantagens são:

- (1) Risco de inconformidades na montagem: Pode haver falhas na composição dos kits, exigindo fiscalização criteriosa no recebimento, inclusive por amostragem;
- (2) Menor flexibilidade para ajustes pontuais: Alterações na composição dos kits podem demandar readequação contratual ou nova contratação; e
- (3) Possível acréscimo no custo unitário: O valor do kit pode ser superior ao somatório dos itens adquiridos individualmente, em razão do serviço agregado de montagem, embalagem e logística especializada.

5.1.2 SOLUÇÃO B – Aquisição de itens avulsos para montagem interna - aquisição de cada item separadamente e realização da montagem dos kits com recursos próprios.

5.1.2.1 As principais vantagens são: Flexibilidade de Estoque: Permite a gestão individual de cada componente, facilitando a reposição pontual de itens de maior giro e a criação de kits diferenciados, conforme a necessidades momentâneas; Potencial Preço Nominal Menor: A soma dos preços de face dos produtos pode ser menor, já que não inclui a margem do fornecedor para o serviço de montagem.

5.1.2.2 As principais desvantagens são: (1) Sobrecarga operacional relativo ao deslocamento de militares e/ou terceirizados para a montagem, gerando custos ocultos superiores à economia pretendida; (2) Risco de desabastecimento fracionado, uma vez que o atraso de entrega de um único item essencial por um fornecedor, causaria paralisação na distribuição dos kits; (3) Erro de montagem: maior probabilidade de falhas humanas na composição dos kits; e, (4) Necessidade de espaço físico uma vez que aquisição direta dos materiais para montagem interna dos kits demandaria grandes áreas de almoxarifado para estocagem de volumes variados antes da montagem final.

5.2. No caso específico de aquisição de Kits de Higiene e Kits de limpeza e os demais itens correlatos existe série histórica de aquisições destes itens pela Administração Pública, sendo a aquisição realizada regularmente, sem serem identificadas inconsistências significativas. Assim, restou demonstrada a efetiva existência de fornecedores capacitados no mercado para atender a esta demanda.

5.3. A necessidade da aquisição decorre do interesse ao atendimento das demandas da FT Log Hum Operação Acolhida. Dessa forma, mostra-se indispensável a instauração de novo procedimento licitatório, o qual encontra respaldo na experiência já verificada de mercado e na comprovação de existência de empresas aptas a executar o fornecimento.

6. Descrição da solução como um todo

6.3. Após análise das particularidades da necessidade e das possibilidades de atendimento, identificou-se como a melhor solução a SOLUÇÃO A – Aquisição de Kit de Higiene e Kit de Limpeza, ambos previamente montado e itens avulsos correlatos. por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), com menor preço por grupo e por item, conforme previsto no art. 28, inciso II, e art. 32, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e regulamentado pelo Decreto nº 3.555/2000.

6.3.1. A escolha por essa alternativa justifica-se pela praticidade logística, pela economicidade decorrente da padronização dos kits, pela ampla competitividade entre fornecedores e pela possibilidade de entregas programadas conforme a demanda da Operação Acolhida. A adoção do SRP permite à Administração Pública realizar aquisições conforme a real necessidade, evitando desperdícios e otimizando os recursos públicos.

6.3.2. A solução está alinhada ao princípio da eficiência e da economicidade, conforme disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, e observa os critérios de sustentabilidade previstos no Decreto nº 10.024/2019, priorizando produtos com menor impacto ambiental, conforme indicado no item 3.12 do presente ETP.

6.4. A aquisição dos Kits de Higiene e Limpeza, ambos previamente montados e itens avulsos correlatos possibilita à Administração atender, de forma tempestiva e eficiente, às demandas específicas da FT Log Hum da Operação Acolhida, assegurando a continuidade das ações humanitárias, a dignidade dos migrantes venezuelanos acolhidos e a conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6.5. A adoção do pregão eletrônico com SRP é especialmente adequada à natureza continuada da demanda, conforme definido no item 3.2 deste ETP, permitindo a aquisição de bens de consumo classificados como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, e do §§ 2º do art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.555/2000.

6.6. A forma de julgamento por menor preço por item e por grupo assegura maior competitividade e transparência ao certame, permitindo a participação de diferentes fornecedores, promovendo a economicidade e o melhor aproveitamento do mercado fornecedor.

6.7. Dessa forma, a presente contratação, estruturada com base na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 3.555/2000, na Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 e na IN SEGES/ME nº 58/2022, revela-se técnica, operacional e economicamente viável, atendendo

plenamente aos objetivos da Administração Pública e aos princípios que regem as contratações públicas e permite que a Administração atenda de maneira tempestiva e eficiente às condições de higiene e limpeza dos beneficiários, assegurando continuidade, economicidade e conformidade legal, além de liberar efetivos militares para outras atividades essenciais da missão humanitária.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Acerca da análise da compatibilidade entre a demanda prevista e os quantitativos estimados para cada item, com o objetivo de evitar aditivos contratuais desnecessários ou a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório, com consequente perda de economia de escala, registra-se que a relação dos itens, suas respectivas descrições técnicas e os quantitativos estimados encontram-se detalhadamente discriminados nos termos da tabela constante no Anexo A (Relação de Itens), conforme condições e exigências estabelecidas na tabela de Anexo C (Especificações mínimas aceitáveis) anexos à este processo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 24.647.546,43

8.1 Para a presente contratação, a pesquisa de preços foi realizada priorizando o Parâmetro I e utilizando o Parâmetro III para melhor dimensionamento dos valores praticados nos mercados, em conformidade com o Art. 5º da IN SEGES nº 65/2021.

8.2. A estimativa pormenorizada do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, constam no documento denominado “Relatório da Pesquisa de Preços”, sob o mesmo número de processo.

8.3. Com base na pesquisa realizada por esta equipe, verificou-se o valor estimado da referida contratação é de vinte e quatro milhões seiscentos e quarenta e sete mil quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos correspondendo ao custo projetado para a aquisição dos itens necessários à Operação

8.4. Prezando-se pela transparência e estímulo à competição, não se visualizando riscos de conluio, cartelização ou distorção de propostas em mercados altamente concentrado, ou sujeito a forte assimetria informacional, para esta contratação, optou-se pelo caráter **NÃO SIGILOSO** do orçamento estimado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Com base no disposto no art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e em observância ao princípio da obrigatoriedade do parcelamento quando técnica e economicamente viável, a contratação foi dividida em grupos e itens correlatos conforme a similaridade das características dos itens listados no Anexo A. A decisão pelo parcelamento fundamenta-se nos seguintes pontos:

9.1.1. Ampliação da Competitividade: A segregação dos itens em grupos específicos permite a participação de fornecedores especializados em seus respectivos nichos de mercado. Isso evita a restrição do certame a empresas de grande porte que detêm todo o portfólio, fomentando a participação de um número maior de licitantes e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

9.1.2. Viabilidade Técnica e Econômica: Os itens que compõem o objeto, embora destinados à mesma operação humanitária, possuem ciclos de produção e cadeias de suprimentos distintas. A segregação dos itens evita gargalos operacionais entre diferentes cadeias de suprimento. Ao dividir o objeto, a Administração garante que empresas com expertise comprovada e infraestrutura logística específica atendam a cada grupo, otimizando a execução do contrato."

9.1.3. Mitigação do Risco de Desabastecimento: Ao optar pelo parcelamento em grupos e itens, a Administração reduz a dependência de um fornecedor exclusivo. Eventuais falhas na execução de um item ou grupo não paralisam o fornecimento dos demais, garantindo a continuidade da assistência humanitária.

9.1.4. Especialização e Qualidade: A divisão por grupos assegura que o fornecedor selecionado possua expertise técnica no manejo e fornecimento desses produtos específicos, garantindo o padrão de qualidade exigido para o atendimento à população migrante.

9.1.5. Facilitação da Logística de Entrega: A entrega dos itens será realizada exclusivamente nos endereços previstos no item 3.8.3. deste ETP. O parcelamento em grupos e itens independentes otimiza esse fluxo, pois permite especialização logística, agilidade na conferência e mitigação de riscos de pátio uma vez que eventuais atrasos na produção de um item específico não bloqueiem o fluxo de entrega dos demais itens essenciais, garantindo a rotatividade e o abastecimento contínuo do depósito.

9.1.6. Agrupamento por Similaridade e Padronização: Os itens foram reunidos em grupos conforme sua afinidade logística e comercial, visando a eficiência na execução contratual, observando o seguinte: o Grupo 1 consolida os itens de 1 a 14 (kits e itens de higiene). O agrupamento garante um padrão de qualidade uniforme e assegura que os itens complementares sejam entregues de forma simultânea, evitando o desabastecimento fracionado nos abrigos. O Grupo 2 consolida os itens de 15 e 16 (kits e itens de limpeza), permitindo integração assegura que o material de acondicionamento e os insumos de limpeza provenham do mesmo fornecedor, simplificando o recebimento e a conferência. Os itens 17, 18 e 19 serão adjudicados de forma independente. Tal medida justifica-se por possuírem naturezas distintas e pertencerem a nichos de mercado específicos, que não guardam relação direta com os fabricantes e fornecedores dos demais itens, ampliando assim a competitividade e a especialização do fornecimento.

9.2. Diante do exposto, a equipe de planejamento entende que o parcelamento da solução em grupos e itens, conforme detalhado na Relação de Itens, representa a solução mais vantajosa. A medida cumpre o dever legal de parcelar o objeto para ampliar a disputa, sem comprometer a eficiência operacional, garantindo o atendimento tempestivo e digno aos beneficiários da Operação Acolhida.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada com o planejado no Plano de Contratações Anual da UGE que está em execução, conforme detalhamento a seguir:

11.1.1.ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000004/2026;

11.1.2. Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

11.1.3. Id do item no PCA: 40, 38, 39, 50, 67.

11.1.4. Classe/Grupo: 8520 - SABONETES, ARTIGOS PARA BARBEAR E DENTIFRÍCIOS, 7920 - VASSOURAS, ESCOVAS, RODOS, ESPONJAS E ESFREGÕES, 8540 - ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE, 9999 - ITENS DIVERSOS, 8105 - SACOS E BOLSAS. As classes deste item referem-se em ordem, respectivamente, aos Id no PCA destacados no item 11.1.3.

11.1.5. Identificador da Futura Contratação: 110794-32/2026 (para os ID 40, 38 e 39), 110794-30/2026 (ID 50) e 110794-24/2026 (ID 67).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição dos Kits de Higiene e Limpeza e demais itens correlatos trará benefícios diretos e imediatos à execução da Operação Acolhida, dentre os quais destacam-se:

12.1.1. Atendimento tempestivo e adequado das necessidades institucionais: A aquisição de kits de higiene e limpeza prontos e montados assegura o suprimento contínuo e padronizado de itens essenciais à dignidade humana dos migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade. A entrega dos kits diretamente nos endereços previstos no item 3.8.3. deste ETP, conforme cronograma logístico previamente definido, garante a agilidade na distribuição e evita desabastecimentos nos abrigos. Essa tempestividade é crucial diante da redução do apoio internacional (ACNUR) e da necessidade de resposta rápida por parte do Estado Brasileiro.

12.1.2. Racionalização do gasto público: A adoção do modelo de fornecimento por kits completos montados e itens correlatos permite ganhos expressivos de escala e redução de custos operacionais, ao evitar a aquisição fragmentada de itens. A padronização dos kits simplifica o processo de aquisição, armazenamento, controle de estoque e distribuição, otimizando o uso de recursos humanos e materiais da FT Log Hum Operação Acolhida. Além disso, o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) possibilita contratações futuras com os mesmos valores e condições, promovendo previsibilidade orçamentária e eficiência administrativa.

12.1.3. Mitigação de riscos operacionais: A contratação planejada, com especificações técnicas claras, exigência de certificações da ANVISA, INMETRO e conformidade com normas da ABNT, reduz significativamente os riscos de fornecimento de produtos inadequados, vencidos ou de baixa qualidade. A exigência de entrega dos kits já montados e lacrados elimina a necessidade de manipulação local, reduzindo riscos sanitários e operacionais. A escolha de fornecedores por meio de pregão eletrônico amplia a competitividade e a qualificação técnica dos participantes, o que contribui para a mitigação de riscos contratuais.

12.1.4. Fortalecimento da transparência e da governança: A contratação segue integralmente os princípios da governança pública estabelecidos pela Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, com destaque para o alinhamento ao Plano de Contratações Anual, a adoção de critérios objetivos de julgamento, a publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas e a rastreabilidade de todas as decisões técnicas. A padronização dos kits e a clareza nas especificações facilitam a fiscalização por órgãos de controle e pela sociedade civil, reforçando a integridade e a legitimidade da ação pública.

12.1.5. Contribuição para políticas públicas e metas estratégicas: A presente contratação está diretamente vinculada à execução da política pública de acolhimento humanitário prevista na Lei nº 13.684/2018 e operacionalizada pelo CFAE e pela FT Log Hum Operação Acolhida. A aquisição dos kits contribui para o cumprimento das diretrizes de proteção social, saúde, dignidade e segurança sanitária dos migrantes, além de estar alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 6 (Água Potável e Saneamento) e ODS 10 (Redução das Desigualdades). Ainda, a contratação contribui para a execução do Plano Estratégico do Ministério da Defesa 2024–2027, no eixo de apoio à política externa e desenvolvimento nacional.

12.1.6. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: A contratação prioriza produtos com certificações ambientais, embalagens recicláveis e biodegradáveis, conforme diretrizes do Decreto nº 10.024/2019 e da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021. Essa abordagem reduz o impacto ambiental da operação, promove a logística sustentável e reforça o compromisso da Administração Pública com a responsabilidade socioambiental.

12.3.7. Praticidade e padronização operacional: A entrega dos kits prontos e padronizados facilita a logística de recebimento, armazenamento e distribuição nos abrigos, reduzindo a carga de trabalho das equipes locais e evitando erros de separação ou montagem. A padronização também garante equidade no atendimento aos beneficiários, assegurando que todos recebam os mesmos itens, com a mesma qualidade e apresentação.

12.3.8. Promoção da dignidade humana e dos direitos fundamentais: Ao garantir acesso regular a itens básicos de higiene pessoal e limpeza, a contratação promove a dignidade, a saúde e o bem-estar dos migrantes acolhidos, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CF/88) e com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em matéria de direitos humanos e assistência humanitária.

12.3.9. Redução de desperdícios e controle de estoque: A aquisição em kits e apenas alguns itens correlatos individuais facilita e itens correlatos o controle de estoque, reduz perdas por vencimento ou extravio de itens avulsos e permite uma melhor gestão dos insumos, com entregas sob demanda e conforme a capacidade de armazenamento da unidade gestora.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Conforme previsto na legislação e orientações supracitadas, as providências compreendem todas as ações preparatórias que a Administração deve implementar antes do início da execução contratual, assegurando que o ambiente institucional esteja plenamente apto a receber, armazenar, distribuir e fiscalizar os materiais adquiridos.

13.1.1. As medidas específicas, adaptadas à realidade da FT Log Hum Operação Acolhida, incluem:

13.1.1.1. Infraestrutura tecnológica: Verificação e, se necessário, ampliação da capacidade dos sistemas internos de controle logístico e patrimonial para registro, rastreamento e controle de entrada e saída dos kits; Adequação dos sistemas de gestão de almoxarifado da Base Boa Vista e demais estruturas operacionais para permitir a gestão por lote, validade e tipo de kit;

13.1.1.2. Infraestrutura elétrica: Avaliação da capacidade elétrica dos almoxarifados e depósitos utilizados na Operação Acolhida, especialmente na 1ª Brigada Infantaria de Selva para garantir iluminação adequada e segurança nas áreas de estocagem;

13.1.1.3. Climatização e adequação de espaços físicos: Verificação das condições de ventilação, temperatura e umidade dos depósitos para garantir a integridade dos kits, especialmente os que contêm produtos de higiene pessoal e saneantes e adaptação de espaços para recebimento e triagem dos kits, com áreas segregadas para diferentes tipos de kits e controle de entrada e saída;

13.1.1.4. Capacitação de servidores e orientação de colaboradores: Realização de treinamentos para os fiscais e gestores do contrato.

13.1.2. Previsão e reserva orçamentária, Elaboração e aprovação do Termo de Referência e minuta de edital, Planejamento da equipe de gestão e fiscalização contratual.

13.1.3. Análise de riscos e definição de planos de contingência: Identificação de riscos logísticos; Elaboração de plano de contingência, determinação de estoques de segurança e comunicação emergencial; Monitoramento contínuo da execução contratual com relatórios mensais de conformidade.

13.2. Essas providências asseguram que a Administração Pública, por meio da Operação Acolhida, esteja plenamente preparada para a execução da contratação, garantindo a regularidade do fornecimento, a conformidade sanitária, a economicidade e a eficiência das ações humanitárias voltadas à população migrante em situação de vulnerabilidade.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com base no contexto da Operação Acolhida, no objeto da contratação (aquisição de kits de higiene e kits de limpeza e itens correlatos para migrantes venezuelanos), nos fundamentos legais da Lei nº 14.133/2021 (arts. 5º, 11, IV e 18, §1º, XII), no Decreto nº 10.936/2022 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 e nas orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU, 2025), os impactos ambientais mais relevantes concentram-se em:

14.1.1. Consumo de Recursos Naturais: A fabricação dos itens que compõem os kits (sabão, papel higiênico, absorventes, mochilas, embalagens plásticas, etc.) demanda recursos como água, energia, celulose, derivados de petróleo e produtos químicos. O uso excessivo ou não controlado desses insumos pode gerar esgotamento de fontes não renováveis e degradação ambiental.

14.1.2. Geração de Resíduos Sólidos: O fornecimento dos kits implica na geração de resíduos como embalagens plásticas, caixas de papelão, etiquetas, lacres e, posteriormente, os próprios produtos após o uso (ex: frascos de desodorante, tubos de creme dental, absorventes usados). Se descartados de forma inadequada, esses resíduos podem poluir o solo, a água e contribuir para o aumento da carga nos aterros sanitários.

14.1.3. Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE): O transporte dos kits até os locais de entrega (principalmente em Boa Vista-RR), o deslocamento de equipes e o consumo de energia elétrica nos processos logísticos contribuem para a emissão de CO₂ e outros GEE, agravando os efeitos das mudanças climáticas.

14.1.4. Uso de Substâncias Potencialmente Poluidoras: Alguns produtos de limpeza e higiene podem conter substâncias químicas (como tensoativos, fragrâncias sintéticas, corantes, conservantes) que, se não forem biodegradáveis ou forem descartadas incorretamente, podem contaminar corpos d'água e afetar a saúde humana e animal.

14.2. Para mitigar esses impactos, o edital contemplará critérios de sustentabilidade alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e à Lei nº 14.133, de 2021, tais como:

14.2.1. Critérios de Sustentabilidade na Seleção dos Produtos: Priorização de fornecedores que apresentem certificações ambientais; Exigência por produtos que biodegradáveis e livres de substâncias tóxicas; Inclusão de cláusula contratual que incentive a adoção de práticas de produção mais limpa e logística sustentável.

14.2.2. Redução de Embalagens e Uso de Materiais Recicláveis: Solicitação de entregas de Kit com embalagens reduzidas, recicláveis ou reutilizáveis; Estimulação ao uso de materiais reciclados;

14.2.3. Gestão de Resíduos e Logística Reversa: Inclusão de cláusula contratual que obrigue a contratada a realizar a separação e o acondicionamento adequado dos resíduos gerados durante a entrega; Incentivo a destinação dos resíduos recicláveis secos para cooperativas locais de catadores, conforme o Decreto nº 10.936/2022; e, quando aplicável, prever a responsabilidade da contratada pela logística reversa de embalagens e produtos pós-consumo.

14.2.4. Eficiência no Transporte e Redução de Emissões: Planejamento rotas logísticas otimizadas para reduzir o número de viagens e o consumo de combustível; Priorização o uso de veículos com menor emissão de poluentes ou que utilizem combustíveis alternativos, quando viável; e, estimulação a compensação de emissões de carbono por meio de programas de reflorestamento ou créditos de carbono.

14.2.5. Educação Ambiental e Conscientização: Inclusão de cláusula contratual no Edital que a contratada a incluir nos kits materiais informativos (panfletos e/ou QR Codes) com orientações sobre descarte correto, uso consciente dos produtos e práticas de higiene sustentáveis.

14.3. Essas providências asseguram que a solução atenda não apenas à necessidade a que se destina, mas também aos princípios de contratação sustentável, demonstrando que, mesmo em operações de caráter temporário e emergencial, a Administração pode incorporar padrões de responsabilidade ambiental e de uso racional dos recursos públicos.

15. Diretrizes do Certame

15.1. Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

15.1.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra amparo nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e é regulamentada pelo Decreto nº 11.462, de 2023. 6.2. O SRP é um procedimento que permite o registro formal de preços relativos à prestação de serviços, obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras, mediante licitação nas modalidades pregão ou concorrência, ou contratação direta.

15.1.2. O SRP proporciona maior agilidade e eficiência aos processos de contratação, otimizando a gestão de estoques, reduzindo custos operacionais e garantindo a padronização de bens e serviços. Além disso, permite que a Administração realize contratações de forma mais flexível, conforme a demanda real, sem a necessidade de instaurar um novo processo licitatório a cada aquisição ou contratação, contribuindo para a economicidade e a racionalização dos recursos públicos.

15.1.3. Para esta contratação, optou-se pela **ADOÇÃO** do Sistema de Registro de Preços, em razão de:

15.1.3.1. Necessidade de contratações permanentes ou frequentes do objeto;

15.1.3.2. Conveniência de aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida; e

15.1.3.3. Impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, em virtude do fluxo migratório.

15.1.4. A temporariedade da Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial (SECAAE) reforça essa escolha, uma vez que o SRP vincula apenas por demanda efetiva, evitando compromissos de fornecimento contínuo além da vigência institucional, além de possibilitar uma desmobilização ordenada caso a estrutura seja extinta ou não prorrogada.

15.2. Possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços (ARP)

15.2.1. A adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) por órgãos ou entidades não participantes, conhecida como 'carona', é um mecanismo previsto no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021 e detalhado no Capítulo VI do Decreto nº 11.462, de 2023.

15.2.2. Este dispositivo permite que órgãos e entidades que não participaram do processo licitatório original possam utilizar os preços registrados na ARP, desde que:

15.2.2.1. Haja justificativa da vantagem da adesão, inclusive em casos de provável desabastecimento ou risco de descontinuidade do serviço público;

15.2.2.2. Se comprove a compatibilidade dos preços registrados com os valores de mercado, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

15.2.2.3. Exista anuência do órgão gerenciador e aceite do fornecedor.

15.2.2. Para esta contratação, optou-se por **NÃO POSSIBILITAR** a adesão à Ata de Registro de Preços, em razão de:

15.2.2.1. Complexidade do objeto que demanda acompanhamento e gestão específicos do órgão gerenciador;

15.2.2.2. A necessidade de controle rigoroso dos quantitativos para evitar o desvirtuamento da ARP;

15.2.2.3. A gestão de adesões exige do órgão gerenciador a alocação de servidores e recursos para analisar pedidos, verificar preços e autorizar contratações, ampliando a carga administrativa. Como a SECAAE atua em contexto emergencial, tais tarefas adicionais poderiam comprometer a eficiência da gestão e desviar recursos humanos de atividades prioritárias; e

15.2.2.4. A temporariedade da Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial (SECAAE), instituída em caráter transitório, cria risco de descontinuidade administrativa. A adesão por órgão não participante poderia resultar na celebração de contrato cujo gerenciamento inicial caberia à SECAAE, mas que, em razão de eventual extinção ou desmobilização da estrutura, ficaria sem órgão gerenciador responsável.

7.5.2. A vedação visa a proteger o interesse público, garantindo que a gestão da ARP e a execução do contrato permaneçam sob controle estrito do órgão gerenciador, mitigando riscos de desabastecimento, sobrecarga do fornecedor ou desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.5.3. Tal medida é excepcional e devidamente motivada, demonstrando que a adesão por não participantes poderia comprometer a eficácia e a eficiência da contratação original.

15.3. Vedação de participação de consórcios

15.3.1. O art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021 admite, como regra, a participação de empresas em consórcio, cabendo à Administração avaliar a pertinência de sua aplicação em cada certame. O Manual de Licitações e Contratos do TCU (2024) reforça que a fase preparatória deve conter a motivação acerca da possibilidade ou não de consórcios (art. 18, IX), sendo a vedação medida excepcional, que exige fundamentação técnica e proporcionalidade.

15.3.2. Para esta contratação, optou-se pela **NÃO VEDAÇÃO** de participação de consórcios, em razão de:

15.3.2.1. Ampliação da competitividade e da disputa, uma vez que a possibilidade de consórcios pode atrair empresas de menor porte ou com experiência setorial limitada, que isoladamente não atenderiam integralmente às exigências técnicas, mas que, em associação, podem apresentar propostas competitivas;

15.3.2.2. Aproveitamento de especializações complementares, pois o objeto, embora padronizado, pode envolver aspectos logísticos, sanitários e de fornecimento em escala. A atuação conjunta de empresas consorciadas pode possibilitar a reunião de expertises distintas, elevando a capacidade de execução contratual, com ganho em qualidade e confiabilidade do fornecimento;

15.3.2.3. Mitigação de riscos de inexecução, à medida que a formação de consórcios permite que os consorciados compartilhem recursos técnicos, operacionais e financeiros, diluindo riscos e reduzindo a probabilidade de inexecução contratual.

15.3.3. Para garantir a eficiência administrativa, deverão ser observadas as seguintes condições:

15.3.3.1. Responsabilidade solidária entre os consorciados durante toda a execução contratual (art. 15, §1º, Lei nº 14.133, de 2021);

15.3.3.2. Exigência de indicação da empresa líder, responsável pela interlocução com a Administração; e

15.3.3.3. Definição clara, no edital, das responsabilidades técnicas e da comprovação de habilitação mínima por cada consorciado.

15.4. Vedação de participação de cooperativas

15.4.1. A participação de cooperativas em licitações públicas é admitida pelo art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que observados requisitos específicos para preservar a natureza jurídica e os princípios do cooperativismo.

15.4.2. Para esta contratação, optou-se pela **NÃO VEDAÇÃO** de participação de cooperativas, em razão de:

15.4.2.1. Compatibilidade do objeto com a estrutura cooperativista, uma vez que o objeto da contratação não envolve serviços de natureza personalíssima nem atividades que pressuponham vínculo de subordinação direta, características que inviabilizariam a participação de cooperativas. Ao contrário, trata-se de objeto cuja execução pode ser desempenhada de forma organizada e coletiva, em regime de autogestão, respeitando a autonomia dos cooperados;

15.4.2.2. Fomento à competitividade e inclusão social, pois a admissão de cooperativas amplia o universo de potenciais licitantes, fomentando a competitividade e permitindo a participação de entidades que desempenham relevante papel social e econômico, especialmente em contextos de políticas públicas voltadas ao trabalho coletivo.

15.4.2.3. Mitigação de riscos mediante requisitos de habilitação, à medida que a participação será condicionada ao cumprimento integral das exigências legais, incluindo comprovação de regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal, e demonstração de capacidade técnica e econômico-financeira compatíveis. Dessa forma, evitam-se riscos de desvirtuamento da relação de trabalho e assegura-se que os cooperados atuarão de acordo com as normas aplicáveis.

15.4.3. A possibilidade de participação de cooperativas está alinhada ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, que admite essa forma associativa desde que respeitados os limites legais, e não configura afronta à competitividade ou à isonomia. Ao contrário, trata-se de medida que promove a ampliação do mercado de fornecedores, preserva a legalidade e favorece o alcance da proposta mais vantajosa para a Administração.

15.5. Tratamento diferenciado para ME e EPP

15.5.1. O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) nas contratações públicas é um imperativo constitucional (art. 170, inciso IX, da Constituição Federal) e legal, regulamentado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e reiterado pelo art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5.2. Este tratamento visa a promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação.

15.5.3. Para a presente contratação, **SERÁ ASSEGURADO** tratamento diferenciado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos casos previstos na legislação vigente.

15.5.4. Entretanto, após análise técnica e estudo de mercado, verificou-se a inviabilidade da reserva de cotas para os itens acima de R\$ 80.000,00, em razão das especificidades do objeto, consistente no fornecimento de kits já montados e padronizados, com requisitos de qualidade previamente definidos pela Administração.

15.5.4.1. A contratação de múltiplos fornecedores poderia resultar no fornecimento de produtos com marcas, características e prazos de entrega distintos, comprometendo a padronização dos kits e podendo gerar insatisfação ou disputas entre os beneficiários em razão de preferência por determinadas marcas.

15.5.4.2. Além disso, a divisão em cotas aumentaria a complexidade da gestão e fiscalização contratual, comprometendo a eficiência e a economicidade da contratação.

15.5.4.3. Assim, a opção pela não reserva de cotas encontra-se devidamente fundamentada nos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, assegurando que a contratação atenda ao interesse público de forma mais vantajosa.

15.5.5. A adoção deste tratamento encontra respaldo na jurisprudência do TCU, que reconhece que sua aplicação, quando motivada e observados os requisitos legais, não configura afronta à isonomia ou à competitividade.

15.6. Exigências de qualificação técnica

15.6.1. Para esta contratação, optou-se pela **EXIGÊNCIA** de comprovação de qualificação técnica, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de assegurar que o futuro contratado possua condições efetivas para executar o objeto com qualidade, regularidade e eficiência.

15.6.2. Essa exigência decorre do seguinte fundamento:

15.6.2.1. A exigência de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional tem por finalidade atestar que o licitante dispõe de profissionais devidamente habilitados e de experiência prévia na execução de objetos similares, mitigando riscos de inadimplemento e assegurando a eficiência contratual.

15.6.2.2. No contexto da Operação Acolhida, que atua em caráter emergencial no acolhimento de imigrantes em situação de vulnerabilidade, a exigência mostra-se ainda mais necessária. Trata-se de operação complexa, que mobiliza militares e servidores deslocados de diversas regiões do país para Boa Vista e Pacaraima, demandando a máxima confiabilidade na execução dos contratos de apoio. Assim, ainda que o objeto contratual possa aparentar simplicidade em condições ordinárias, o cenário de crise humanitária exige atenção redobrada quanto à segurança da execução e continuidade dos serviços.

15.6.2.3. Nesse sentido, a cobrança de comprovação de capacitação técnica não se configura como restrição indevida à competitividade, mas como medida proporcional e justificada de gestão de riscos, apta a garantir que os fornecedores possuam efetiva aptidão para atender às demandas emergenciais da Operação. Tal providência está em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite a exigência de habilitação técnica sempre que motivada pela natureza do objeto e pelo contexto de execução, evitando a seleção de fornecedores inexperientes e reforçando a eficiência administrativa.

15.6.3. As exigências limitar-se-ão às parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto, conforme art. 67, §9º da Lei nº 14.133, de 2021, não se configurando como barreira à competitividade. Serão admitidos o somatório de atestados de experiência e a apresentação de comprovações alternativas quando cabível.

15.6.4. Dessa forma, a Administração exige a comprovação de qualificação técnica como medida indispensável à execução regular do contrato, em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021, o Manual de Licitações e Contratos do TCU (2024) e os princípios da legalidade, eficiência, vantajosidade e mitigação de riscos.

15.7. Exigências de qualificação econômico-financeira

15.7.1. A qualificação econômico-financeira tem como objetivo comprovar a capacidade do licitante de arcar com os compromissos financeiros decorrentes da futura contratação, garantindo a solidez e a sustentabilidade da empresa para a execução do objeto.

15.7.2. O art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021 estabelece os documentos e requisitos que podem ser exigidos para essa finalidade, tais como balanço patrimonial, índices econômicos, certidão negativa de feitos sobre falência, e capital social mínimo.

15.7.3. Para esta contratação, optou-se pelo **EXIGÊNCIA** de comprovação de qualificação econômico-financeira, em razão de:

15.7.3.1. Do valor total estimado da contratação;

15.7.3.2. Da complexidade do objeto contratual; e

15.7.3.3. Dos riscos administrativos, financeiros e operacionais envolvidos em virtude de eventual rescisão contratual.

15.7.4. Serão exigidos os seguintes documentos e/ou índices:

15.7.4.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis: Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

15.7.4.2. Índices Contábeis: Exigência de índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral em valores que demonstrem a boa saúde financeira da empresa, calculados com base nas demonstrações contábeis. Tais índices são cruciais para avaliar a capacidade de pagamento de curto e longo prazo do licitante, bem como a capacidade de honrar todas as suas dívidas; e

15.7.4.3. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial e extrajudicial ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

15.8. Margem de preferência

15.8.1. A margem de preferência, prevista no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021 e regulamentada pelo Decreto nº 11.890, de 2024, constitui instrumento de incentivo ao desenvolvimento nacional sustentável, aplicável exclusivamente a bens manufaturados e serviços nacionais, bem como a bens reciclados, recicláveis e biodegradáveis, desde que contemplados em listas oficiais da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS).

15.8.2. Atualmente, encontram-se beneficiados com margens de preferência, conforme a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2024 e a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 2024, entre outros:

15.8.2.1. Transformadores, conversores estáticos e carregadores de acumuladores (NCM 8504 e 85044010);

15.8.2.2. Acumuladores de íon de lítio (NCM 8507.60.00);

15.8.2.3. Veículos automotivos de transporte coletivo e chassis/carrocerias (NCM 8702, 8706, 8707);

15.8.2.4. Sistemas metroferroviários e componentes (NCM 8601 a 8608 e 90328930);

15.8.2.5. Locomotivas, locotratores, bogies e bissels de tração (NCM 8601, 8602, 8607.11.10);

15.8.2.6. Tratores (NCM 8701); e

15.8.2.7. Vacinas para uso humano e veterinário (NCM 3002.41 e 3002.42).

15.8.3. Para esta contratação, optou-se pelo **NÃO APLICAÇÃO** da margem de preferência, em razão do objeto contratual não se enquadrar em nenhum dos bens ou serviços listados nas resoluções vigentes, inexistindo, portanto, respaldo normativo para aplicação da margem de preferência neste certame.

15.8.4. Dessa forma, a não aplicação da margem de preferência está devidamente justificada na ausência de previsão normativa específica para o objeto e na necessidade de assegurar a ampla participação e a obtenção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021 e a jurisprudência do TCU.

15.9. Renovação dos quantitativos quando da prorrogação da vigência da Ata SRP

15.9.1. Para a presente contratação, optou-se pela possibilidade de renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços, nos termos do entendimento constante do PARECER n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU e da regulamentação aplicável.

15.9.2. A justificativa técnica decorre da natureza continuada e essencial do fornecimento de kits de higiene, limpeza e itens correlatos destinados às famílias acolhidas no âmbito da Operação Acolhida, cuja interrupção pode comprometer diretamente as condições mínimas de higiene, salubridade e dignidade dos abrigos humanitários.

15.9.3. Considerando a dinâmica operacional da Operação Acolhida, vinculada ao fluxo migratório e à necessidade permanente de atendimento assistencial, eventual rescisão contratual ou descontinuidade do fornecimento poderia ocasionar prejuízo à continuidade das ações humanitárias. Nesse contexto, a renovação dos quantitativos da Ata apresenta-se como medida eficiente e estratégica para assegurar resposta célere da Administração, evitando dispêndio adicional de tempo e recursos com a realização imediata de novo procedimento licitatório.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de kits montados de higiene e limpeza é tecnicamente viável, legalmente fundamentada e socialmente necessária. A padronização dos kits e a centralização da entrega garantem eficiência logística e atendimento humanitário eficaz. A aquisição dos kits de higiene e limpeza é essencial para garantir a dignidade dos migrantes venezuelanos acolhidos no Brasil, especialmente diante da redução do apoio internacional. Recomenda-se a contratação por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP), com critério de julgamento por menor preço, para fornecimento contínuo por 12 meses, com possibilidade de prorrogação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE LUIZ FRANCO DE SOUZA FILHO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 15:05:13.

CARLOS AUGUSTO MEDEIROS DE ARAUJO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 15:04:25.